

Revitalização da área portuária do Rio de Janeiro: um *experimento regulatório* de neoliberalização da produção do espaço urbano

Daniela Motisuke, doutoranda IPPUR

O artigo tratará de alguns elementos da institucionalização do projeto de revitalização da área portuária do Rio de Janeiro, a partir de sua demarcação como Operação Urbana Consorciada (Porto Maravilha), sobretudo os mecanismos econômico-financeiros e os arranjos institucionais criados, bem como seu papel no processo de *neoliberalização* da produção do ambiente urbano construído. Primeiramente será apresentada breve compilação dos estudos já realizados sobre este projeto urbano, em suas diferentes abordagens, situando a reflexão do presente artigo no debate sobre produção do espaço urbano e revitalização urbana; em seguida serão apresentados os mecanismos e arranjos mencionados, entendendo-os como inovações produtivas e procurando identificar seu papel no processo de *neoliberalização* da produção do ambiente urbano construído; por fim, serão feitas aproximações com a ideia de *justiça espacial* (GERVAIS-LAMBONY, DUFAUX, 2009; HARVEY, 1973) a fim problematizar a experiência carioca quanto aos seus resultados iminentemente desiguais e injustos, em grande parte decorrentes do acirramento de contradições da própria estrutura social e política brasileira, no contexto de *neoliberalização e reestruturação produtiva*.

A experiência de revitalização da área portuária carioca é analisada enquanto um *experimento regulatório*, parte de um conjunto de processos amplos e diversificados de *reestruturação regulatória disciplinada pelo mercado* que produz diferenciação geoinstitucional, com profunda dependência da trajetória, embora experimental, de caráter padronizado e historicamente específico (BRENNER, PECK, THEODORE, 2012). Ao mesmo tempo, a produção do espaço urbano deve ser considerada como um “*processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas*” (HARVEY, 2005, 170). Neste sentido, o artigo também organiza uma identificação preliminar dos diferentes agentes sociais envolvidos no projeto, seus objetivos e interesses, bem como os conflitos entre eles e as formas como foram organizadas as articulações e coalizões visando o controle sobre a produção

e apropriação do espaço urbano, e que resultam em diferentes formas de aplicação dos mecanismos econômico-financeiros e arranjos institucionais.

Especificamente, entre os mecanismos econômico-financeiros e arranjos institucionais analisados, destacam-se a Operação Urbana Consorciada e as mudanças na legislação de uso e ocupação do solo; a criação, venda e utilização dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs); a regulamentação do Fundo de Investimento Imobiliário da Caixa/FGTS, detentor de todos os CEPACs do projeto; a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), empresa de capital misto encarregada do gerenciamento da operação; a concessão administrativa feita com o Consórcio Porto Novo (empresas Odebrecht, OAS e Carioca).

Palavras-chave: revitalização urbana, *neoliberalização*, *justiça espacial*, Porto Maravilha